



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

A ESCOLA APRENDE COM AS DIFERENÇAS

LUCIENE DOS SANTOS ELFINIM LACERDA

ORIENTADORA: RUTE NOGUEIRA DE MORAIS BICALHO

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

LUCIENE DOS SANTOS ELFINIM LACERDA

A ESCOLA APRENDE COM AS DIFERENÇAS

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Rute Nogueira de Moraes Bicalho

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIENE DOS SANTOS ELFINIM LACERDA

A ESCOLA APRENDE COM AS DIFERENÇAS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ____/____/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

RUTE NOGUEIRA DE MORAIS BICALHO (Orientadora)

SANDRA MARY GONÇALVES PRAZERES (Examinadora)

LUCIENE DOS SANTOS ELFINIM LACERDA (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Daniel Elfinim e Faustina Barros, principais responsáveis pela minha existência. As minhas filhas Bruna Luiza Elfinim Lacerda e Carla Lorena Elfinim Lacerda, que juntos estiveram sempre ao meu lado dando força para que eu pudesse alcançar mais um degrau na escalada do saber e do ser. A meus amigos, sem exceção, todos que torceram pelo meu sucesso, que vibraram diante de todas as adversidades pelas quais passei durante todo o curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus que é acima de tudo, é fonte de vida, de luz e de saberes. Apesar de caminhar por um trajeto que apresentava tantos espinhos, Ele me orientou e me conduziu a colher flores tão belas.

A professora orientadora Rute Bicalho pelos conhecimentos compartilhados. Graças à sua parceria, pude vivenciar minha própria etapa de leitura e escrita durante o processo de pesquisa acadêmica. Obrigada pelas sugestões, além da paciência e incentivo para confecção deste trabalho.

Ao professor Erivaldo Fernandes Neto.

Aos meus amigos, em especial, àqueles que vibram com minhas conquistas, que me querem bem e me apoiam nos bons e maus momentos.

A todos os meus colegas de classe, com destaque para as amigas Gilsonide Salomé, Valkiria Cordeiro e Janúzia Bezerra que, prazerosamente, tornaram parte da minha equipe de trabalho. A vocês, meus sinceros agradecimentos com desejo de brilho perene para suas estrelas.

RESUMO

Este trabalho, intitulado “A escola aprende com as diferenças”, teve como objetivo identificar as estratégias pedagógicas empreendidas por professores de uma escola de Carinhanha face aos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. Adotou-se como metodologia a abordagem qualitativa para compreender os significados dos professores sobre o tema em questão. Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado para entrevistar cinco professores que atendem alunos com deficiência. Os resultados indicam que a escola não está preparada para lidar com os desafios impostos pela inclusão. Os professores relataram que as condições estruturais da escola, o Projeto Político Pedagógico desatualizado e a ausência de formação docente são os principais entraves para a inclusão ocorrer nessa escola no Município de Carinhanha. É urgente a construção de uma escola para todos que considere a formação dos educadores como parte de suas ações inclusivas. Trabalhar com a educação inclusiva delega ao professor não apenas a tarefa de ensinar, mas também a de desenvolver nos alunos competências voltadas ao enfrentamento dos desafios impostos pela sociedade, valorizando-os em suas capacidades e potencialidades.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Formação docente, Desafios da inclusão.

SUMÁRIO

RESUMO	6
1. APRESENTAÇÃO	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 Educação inclusiva: um direito de todos e para todos.....	10
2.2 Perspectivas da Educação Inclusiva.....	14
2.3 O papel e a formação do professor.....	16
3. OBJETIVOS	19
4. METODOLOGIA	20
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia	20
4.2 Contexto da Pesquisa	20
4.3 Participantes	21
4.4 Materiais utilizados	21
4.5 Instrumento utilizado.....	22
4.6 Procedimento de construção dos dados e análise.....	22
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
5.1 Experiência dos professores com a inclusão	23
5.2 As estratégias pedagógicas utilizadas.....	25
5.3 Desafios enfrentados pelos professores.....	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
APÊNDICE	34
ANEXOS.....	35

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho procura refletir sobre o processo de inclusão no ambiente escolar por perceber que a escola não dispõe de todos os recursos necessários para receber o aluno com deficiência. Durante muitas décadas este aluno foi considerado “anormal” pela sociedade, renegado ao convívio social e acesso à educação. Nos tempos primórdios, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram consideradas deformadas e ficavam isoladas; não tinham direito à vida, à sociedade.

Atualmente, essas crianças já se encontram em muitos contextos sociais, porém, há muito que fazer para que ocorra a inclusão efetiva. É direito das pessoas com deficiência ter acesso à educação, na qualidade necessária em respeito aos recursos que ela dispõe para aprender. No entanto, mesmo hoje, com alguns direitos garantidos, nota-se que a estrutura de ensino está preparada para receber um aluno ideal, com supostos padrões de desenvolvimento emocional e cognitivo. Há preconceitos, antigos valores, atitudes e paradigmas conservadores da educação que ainda ocultam o verdadeiro sentido da inclusão.

Segundo Bueno (1993), existem pais e educadores que pensam que as crianças com deficiências devem frequentar instituições especializadas. Contudo, tem sido comprovado que as crianças em contexto escolar regular desenvolvem capacidades necessárias ao desenvolvimento social. A questão é: como aprender a conviver com as diferenças, buscando respeitar e valorizar o que cada um apresenta como parte de seu desenvolvimento humano?

Para que haja realmente a inclusão é necessário que os educadores construam conhecimentos aprofundados e condizentes, uma vez que existe grande desinformação ou informação equivocada sobre os direitos e potencialidades das pessoas com necessidades especiais. Além disso, a inclusão vai ocorrer a partir da relação professor/aluno, isto é, o professor não deve preocupar somente em passar o conteúdo, mas contribuir para o crescimento do aluno. Seu papel é facilitar e mediar à aprendizagem, estando aberto às mudanças para que o aluno sobressaia diante das dificuldades.

Partindo do pressuposto que a escola aprende com as diferenças, é preciso cultivar valores e atitudes favoráveis ao outro, promover reflexões e respeitar as

diferenças. Saber usufruir dos potenciais de cada um, assim como respeitar e trabalhar as respectivas fragilidades representa um avanço para a sociedade e, conseqüentemente, enriquece o contexto escolar.

No entanto, será que o professor também pensa assim? Como será que ele compreende a inclusão e seu papel nesse processo? Visando responder a essa e outras perguntas, o objetivo do trabalho é identificar as concepções que os professores têm sobre a inclusão de criança com deficiência no sistema regular de ensino na escola Municipal São José no município de Carinhanha – BA, bem como as estratégias pedagógicas empreendidas por eles.

Como docente que sou, atuante há vinte e dois anos na profissão, almejo uma educação igualitária, transformadora, aberta para o novo, na qual a indiferença seja possibilidade para novos aprendizagens e desenvolvimento. Desejo uma educação que ultrapassa os muros da escola, que envolva a comunidade nas atividades escolares para, juntos, promovermos a diversidade, afinal, para garantir uma educação de qualidade, minimizando os efeitos do preconceito, precisamos desse estreitamento de relações positivas. Considero que educar passa pelo desejo da transformação, passa também pela concepção de que o conhecimento é compartilhado, construído nas relações. Assim, o educador é também um estudante e pesquisador, que busca meios para se transformar e transformar a sociedade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação inclusiva: um direito de todos e para todos

Há alguns anos, raramente falava-se de inclusão no Brasil. Somente depois de promulgada a Lei nº 9394/96 – que estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional – é que esse assunto tomou destaque especial, definindo as formas e estruturas de Educação Especial na rede regular de ensino. A sociedade descobriu que alunos com necessidades especiais também eram educandos e, por isso, deveriam ser incluídos, na escola regular. Todavia, cabe destacar, que a ideia de inclusão não pode ser apenas um capítulo da Lei. Ela é muito mais do que isso, ela reflete um novo modelo educacional que busca mudar as formas de pensar a educação brasileira.

A história da educação especial considera o século XVI como a época em que se iniciou a educação das pessoas com necessidades especiais, através de educação da criança surda. Mas, somente a partir do século XIX, as pessoas com deficiência passaram, gradativamente, a serem vistas como cidadãs. Durante o século XXI, houve uma sensibilização de que os seres humanos são diferentes e que essas diferenças não devem estabelecer hierarquias entre melhores e piores, certos e errados. Um aluno com necessidades especiais é certamente diferente do outro e possui ritmo diferente de aprendizagem, todavia, essa circunstância, não o exclui de aprender.

Se olharmos para o atual panorama educacional brasileiro, podemos perceber os avanços no campo da educação inclusiva. As leis trouxeram grandes avanços no processo histórico da inclusão, como a promulgação da Constituição (1988), onde o direito a uma educação justa e igualitária está prevista. A constituição assegura que toda criança tem o direito de uma educação adequada e uma vida social igualitária, pois a educação além de contribuir para o desenvolvimento cognitivo fortalece atitudes de respeito e cooperação.

Os direitos são declarados “universais”, segundo os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, significando que todos têm direitos iguais. No entanto, percebe-se que a realidade é muito diferente, pois os direitos são usufruídos por uma parcela pequena da sociedade. Não é aceitável deixar de pensar na participação de

todos, ou seja, na verdadeira e corajosa inclusão daqueles que estão excluídos do contexto educacional e sócio-político. Nesse sentido, segundo Santos e Paulino (2008):

Apesar de a educação sofrer as influências do capital, não justifica que tenhamos de nos circunscrever dentro de seus parâmetros, que já estão estruturados e que são hegemônicos, numa dinâmica que limita o homem no seu processo de criação e reflexão, limite este que gera a reprodução de um modelo determinado e que desconsidera a diversidade social. (p.20-21)

Para cumprir os preceitos da inclusão e atender as transformações sociais, é preciso ultrapassar a visão de educação como simplista e não a compreender em sua amplitude. Como bem salienta Mazzotta (2001):

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. (p.15).

A sociedade dispõe de textos legais pertinentes à obtenção de uma sociedade mais justa, solidária, sem discriminação. A formulação e a implantação de políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência têm sido inspiradas por uma série de documentos contendo determinados direitos sobre a inclusão. Portanto, torna-se emergente o cumprimento da legislação vigente, cuidar para que os direitos reconhecidos e proclamados sejam de fatos consumados, pois ainda um número reduzido de criança com deficiência tem acesso e permanência na escola.

Além da Declaração Universal dos Direitos do Homem outros documentos internacionais merecem destaque como: Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Declaração de Salamanca, Carta para o Terceiro Milênio, Convenção da Guatemala.

No Brasil, a primeira escola especial foi criada em 1854, trata-se do Imperial Instituto de Meninos Cegos, no Rio de Janeiro. Em 1857 o Instituto Imperial de Educação de Surdos também foi criado na cidade do Rio de Janeiro. Somente a partir do século XX a escola passou a vivenciar um período de expansão, mas especificamente

por volta dos anos 20 e 30, quando ocorreram muitas mudanças, econômicas, políticas, culturais e sociais.

Como podemos ver muitas lutas por uma escola de qualidade e para todos têm sido travadas no decorrer dos anos. A busca pela socialização e um ensino de qualidade não para. Em 1988, a Constituição Federal foi um marco para a educação escolar de pessoas com necessidades especiais no ensino regular, independente da origem, raça, sexo, cor idade e/ou quaisquer outras formas de discriminação. Em seu art. 205 a Constituição mostra que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (p.124)

Já no art. 206, da Carta Magna, observa-se que o ensino será ministrado com base em alguns princípios, dos quais se destaca o inciso I que reza a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Neste inciso, além de garantir as condições para o ingresso à escola, assegura-se a permanência deste educando.

Foi a partir da promulgação da Lei 9394/96 (Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), que esse panorama da educação especial ganha um novo horizonte, pois a Educação Especial é declarada uma nova modalidade de educação escolar que acontece na escola.

Para Cardoso (2006), a educação inclusiva assume, a cada ano, importância maior, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, sem discriminação, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania. Cardoso (2006) declara que o processo de inclusão significa uma verdadeira revolução educacional e envolve o descortinar de uma escola eficiente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão.

A educação inclusiva se caracteriza como uma política de justiça social que alcança alunos com necessidades educacionais especiais, tomando-se aqui o conceito mais amplo que é o da Declaração de Salamanca (1994):

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de população distantes ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (p.17-18).

A educação inclusiva é um paradigma novo que exige um ato político de mudança. Concordamos com Carvalho (2006) quando salienta que: a proposta da educação inclusiva não deve ser entendida como a inserção do aluno numa classe regular, à revelia do professor. “Inclusão é processo, não ocorre por decreto ou por modismo” (p. 160). A autora continua afirmando que a educação inclusiva não se esgota na observância da lei, pois incluir em essência demanda alterações no sistema educacional e posturas diferenciadas.

Portanto, a educação inclusiva define que todas as crianças devem ser incluídas no processo educacional e social. A inclusão não se dá apenas em colocar as crianças nas classes do ensino regular, mas assegura a transformação. A Lei 9394/96, no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Para que essa meta se concretize, é preciso que os educadores acreditem na educação inclusiva, não apenas como um “trabalho”, mas como um novo desafio, que traz dificuldades, mas também resultados que refletem na vida de todos os envolvidos. O direito de igualdade de oportunidades educacionais é o resultado de uma luta histórica dos “militantes” dos direitos humanos, luta que implica a obrigatoriedade do Estado em garantir gratuitamente unidades de ensino para todas as crianças, seja ou não deficientes.

Talvez ele não aprenda todas as matérias escolares, mas pode ser bom em uma atividade profissional. Não se pode privar uma criança com necessidades educacionais especiais de uma experiência real, pois toda experiência é válida. E para que aconteça a educação inclusiva no ensino regular é necessário reestruturar ações para que o aluno atinja o nível adequado de aprendizagem, pois sabemos que todos possuem interesses e necessidades. Essa nova postura requer mudanças significativas na estrutura e funcionamento das escolas, dos professores e na relação família e escola.

No entanto, percebe-se que a maioria das escolas públicas não tem meios adequados para atender as necessidades dos alunos, uma vez que o nível mais adequado para integrar o aluno seria aquele que melhor favorecesse o desenvolvimento de determinado aluno, em determinado momento e contexto. É fundamental saber quais as condições necessárias para o aluno desenvolver o conhecimento, favorecendo possibilidades para que ele conviva socialmente e esteja preparado para assumir seu papel na sociedade.

2.2 Perspectivas da Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva é uma prática inovadora que está enfatizando a qualidade do ensino para todos os alunos, exigindo que a escola se modernize e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. Como enfatiza Mantoan (2006):

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas - especialmente as de nível básico, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (p.40)

O movimento de Educação Inclusiva no panorama educacional brasileiro teve avanços significativos, quando observamos a matrícula de alunos com deficiência preferencialmente em escola pública regular. Dessa forma, estamos oferecendo igualdade de oportunidade, em meio à diversidade, vislumbrando o exercício da cidadania de todos os indivíduos. Como bem afirma Carvalho (1999):

A educação inclusiva tem sido conceituada, como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes de ensino comum, alunos ditos normais com alunos-portadores ou não de deficiência - que apresentem necessidades educacionais especiais. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver. (p.38)

A escola inclusiva, isto é, a escola para todos, ficará sendo utópica, se não conseguirmos atingir os ideais. A inclusão, portanto, é urgente não apenas em atitudes, mas sim em forma de interação aluno/escola. Assim, o aluno torna-se o promotor de seu

conhecimento. Entendemos como “educação inclusiva”, aquela que traz uma reflexão de quem somos totalmente, da nossa proposta de conviver plenamente com nossos semelhantes. Para Mantoan (2001):

A educação inclusiva não se refere apenas a inserção de alunos com deficiência no ensino regular. É um conceito mais amplo que inclui o respeito às diferenças individuais, culturais, raciais, religiosas, políticas, sociais, vendo o indivíduo como um ser pleno e com talentos a serem desenvolvidos. (p.84)

A educação inclusiva é um novo paradigma que desafia o cotidiano escolar brasileiro. Provocando certo desconforto às pessoas, principalmente os profissionais da educação, pois, verificamos que a inclusão só acontecerá verdadeiramente quando a escola implementar modificações. Essas modificações não serão apenas nas instalações físicas, mas em todo o seu contexto pedagógico, filosófico, metodológico e administrativo. E, sobretudo, nas atitudes. Concordamos com Mantoan (1997, p.52) que afirma que é a escola que deve se adaptar às crianças, de modo a atender a todos os alunos e não ao contrário:

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da Educação Escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e essa condição é comum aos sistemas educacionais e aos professores em geral. (MANTOAN, 2006, p.27)

A Educação Inclusiva é uma nova página na educação, que ainda provoca certo desafio, no campo educacional brasileiro. Pressupõe que uma das barreiras a ser superada por todos: profissionais da educação, comunidade, pais e alunos são aprender mais sobre a diversidade humana, a fim de compreender os modos diferenciados de cada ser humano ser, sentir, agir e pensar. Como bem afirmam Ferreira e Guimarães que (2003):

A inclusão impõe uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita àqueles que apresentam deficiência, mas se estende a qualquer aluno que manifeste dificuldades na escola, ainda que contribuindo para o crescimento e desenvolvimento de todos – professores, alunos, e pessoal administrativo. (p.116)

Contudo, é urgente que as escolas sejam inclusivas, voltadas para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, é necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo independentemente dos fatores físicos e psíquicos. Lembrando os princípios que Paulo Freire (1996, p.59) defendia, entendemos que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor”.

2.3 O papel e a formação do professor

As crianças com necessidades educacionais especiais são capazes de aprender tanto quanto uma criança considerada "normal", isso ocorre de forma diferenciada, ou seja, num ritmo mais lento. Elas precisam ser estimuladas para que haja aprendizagem. De acordo com Beyer:

Não deve haver diferenciação que leve a uma categorização do tipo: “alunos com e sem deficiência” como acontecia no movimento de integração escolar quando visava somente inserir crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Para o referido autor é preciso escapar dessa dicotomia de que há dois grupos de alunos. O autor defende abordagem inclusiva que considera a existência de crianças que compõe a comunidade escolar cujas necessidades são variadas. (2006, p. 75)

Para Beyer (2006), a escola que se pretende inclusiva, é a que em cujo espaço não existam campos demarcados, do tipo, aqui estão os alunos “normais” e ali os “especiais” ou os “incluídos”, como se escuta com frequência. Ainda segundo esse autor, o desafio é construir e colocar em prática no ambiente escolar, uma pedagogia válida para todos os educandos, capaz de atendê-los em suas situações pessoais e, cujas características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. É necessário que a escola concretize a inclusão, porque todos, apesar de suas limitações, têm a capacidade de aprender, porém vai depender do ambiente em que vive e de quem conduz esse tipo de trabalho.

As crianças com necessidades educacionais especiais de aprendizagem não devem se abdicar das suas formas de aprender. Não há dois grupos de alunos. Há alunos que apresentam necessidades diferenciadas dos demais, que demandam metodologias e

procedimentos pedagógicos apropriados para que seu processo de aprendizagem não seja prejudicado. Essas crianças são capazes de desenvolver sua autonomia e habilidades, para tanto, a escola precisa estar preparada para receber esses alunos. O desafio é construir e colocar em prática uma pedagogia que consiga englobar todos os alunos da classe escolar e alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. É fundamental um espaço adequado que ofereça suporte pedagógico e que capacite o profissional para trabalhar com esses alunos. Uma capacitação que descortine o preconceito e pautado na diversidade das relações humanas.

Dentre as dificuldades apresentadas pelas escolas que impedem que a inclusão tenha êxito é a formação inadequada do professor que irá atender os alunos com necessidades especiais. É importante que a participação do professor nesse processo seja fator decisivo para a construção da escola inclusiva. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), os programas de formação inicial deverão:

Incutir em todos os professores uma orientação positiva sobre a deficiência que permita entender o que se pode conseguir nas escolas com serviços locais de apoio. E ainda, uma boa pedagogia apontada pelo mesmo documento, é a que: (...) desenvolvam a capacidade de avaliar as necessidades especiais, de avaliar o conteúdo do programa de estudos, de recorrer a ajuda da tecnologia, de individualizar os procedimentos pedagógicos para atender ao maior número de aptidões. (p.152)

A formação adequada de todos envolvidos no processo educativo é essencial e os professores deveriam ter conhecimentos básicos sobre a forma de organizar o currículo e o ensino para responder as necessidades de todos os alunos. É preciso que os professores se adaptem a este processo e entenda que há necessidade de um novo olhar para as pessoas com alguma deficiência.

Portanto, a educação inclusiva exige dos professores outros conhecimentos além daqueles que receberam na formação do magistério. Todos os profissionais da educação especial devem ter uma formação voltada para a criação de uma consciência crítica sobre a realidade que eles vão trabalhar em sala de aula. Sendo assim, é preciso que eles tenham uma formação universitária que lhes possibilitem uma ação pedagógica eficaz. Segundo Rodrigues (1993):

Durante a formação inicial de professores, deveriam ser definidas metas precisas, relativas aos diversos componentes da competência “organização e gestão de classes”. Após tomar consciência de seus contornos e de sua importância, os formados deveriam ser ajudados a definir e experimentar na aula as estratégias e habilidades específicas de organização e gestão, a avaliar os resultados e a introduzir correções, quando necessário. Essas tentativas refletidas e apoiadas tornar-se-iam, certamente, “esquemas de ação”, simultaneamente, os formados interiorizariam estratégias de detecção, análise e rotina, que certamente seriam preciosas no seu futuro profissional. (p.20).

É indispensável uma reforma nos cursos de formação dos professores que precisam aprender a identificar e atender as necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos com ou sem deficiência. Compreendemos que o professor é como um mediador de conhecimento, capaz de usar o espaço educacional sem ser ingênuo, e que tenha uma consciência crítica frente aos problemas sociais, possibilitando a construção de cidadão crítico. Sobre essa questão, Silva (2008) relata:

Ser professor é dar condições e oportunidades ao outro de construir seus próprios sentidos e criar suas próprias condições para viver em sociedade, refletir-se, sem jamais retornar aquilo que era antes no devir. O professor é, pois, um agente de encantamento nestes tempos de desencanto. O professor é, pois, aquele que apresenta os limites e, sobretudo, faz florescer as possibilidades criativas e inclusivas. (p.53)

No ponto crucial do imaginário social sobre os professores, eles se tornaram artífices, ou seja, operários, criadores da esperança no futuro. Os profissionais da educação são os pivôs principais da transformação educativa nesta era da globalização. Como enfatiza Sacristán (1998):

O professor/a é considerado como um intelectual transformador, com o claro compromisso político de provocar a formação da consciência dos cidadãos na análise crítica da ordem social da comunidade em que vivem. O professor/a é ao mesmo tempo um educador e um ativista político, no sentido de intervir abertamente na análise e no debate dos assuntos públicos, assim como por sua pretensão de provocar nos alunos/as o interesse e compromisso crítico com os problemas coletivos. (p.374)

3. OBJETIVOS

Objetivo geral

Identificar estratégias pedagógicas empreendidas por professores de uma escola de Carinhanha que favoreçam a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino de forma a garantir o respectivo direito de acesso à educação.

Objetivos específicos

- Verificar as concepções que os professores têm sobre a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino;
- Identificar como ocorre a interação professor e aluno com deficiência na construção do conhecimento, a partir do olhar do próprio professor;
- Identificar as estratégias pedagógicas dos professores para a inclusão dos alunos com necessidades especiais;
- Verificar os desafios enfrentados pelos professores para lidar com alunos deficientes nas turmas regulares, assim como os resultados dessa relação.

4. METODOLOGIA

4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

Este trabalho utilizou a abordagem qualitativa para compreender o fenômeno da inclusão e como ela ocorre em uma escola pública de Carinhanha. Segundo essa abordagem, a interação entre pesquisador e participante é importante para a produção dos significados, onde ambos colocam-se como sujeitos que transformam a realidade. Segundo Bogdan e Biklen (1982, apud LUDKE e ANDRÉ, 1982):

A pesquisa qualitativa supõe o contato prolongado com o ambiente e a situação que está sendo investigado, via de regra através do trabalho intensivo de campo. A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contexto direto do pesquisado com a situação estudada e enfatiza mais o processo do que o produto, e se preocupa em relatar a perspectiva dos participantes. (p.13)

Os instrumentos de orientação qualitativa favorecem a interação e as falas dos participantes para a emergência dos significados sobre determinado tema. A entrevista semiestruturada foi o instrumento escolhido neste trabalho, uma vez que possibilitou realizar investigações no próprio ambiente natural e apreender as informações diretamente da fonte, visando o máximo de aproximações com as questões pesquisadas.

4.2 Contexto da Pesquisa

O trabalho foi realizado na escola São José situada à rua Francisco Timóteo - SN, Centro, no Município de Carinhanha, estado da Bahia. É uma escola de pequeno porte, que abriga uma população estudantil na ordem de, mais ou menos, 450 alunos. Funciona nos dois turnos e oferece a modalidade de ensino fundamental II.

A escola acomoda um grande número de professores e alunos com realidades diversificadas. É importante destacar que nesta instituição 10 alunos são considerados especiais. Esses alunos são atendidos pela NAEIC (Núcleo de Atendimento a Educação Inclusiva de Carinhanha). Ainda existem outros alunos com dificuldades de

aprendizagem, mas que não dispõe de acompanhamento. Esses 10 alunos não possuem laudos concretos, apenas há a confirmação dos pais no ato do preenchimento da matrícula. No espaço destinado às pessoas com deficiências, os pais afirmam que o filho é deficiente.

A estrutura física da escola é precária para atender a demanda de alunos com necessidades especiais e professores. A unidade escolar dispõe de uma secretaria, diretoria, 8 salas de aula, 4 banheiros para alunos, cantina, e área de lazer pequena. As aulas acontecem no período matutino e vespertino.

4.3 Participantes

Participaram deste estudo cinco professores da rede municipal de ensino da escola São José, do Ensino Fundamental II, com idades variando entre 36 e 46 anos. Todos eles apresentam mais de 10 anos de experiência em sala de aula. A descrição dos participantes encontra-se no quadro abaixo:

Quadro 1: descrição dos participantes.

Participantes	Sexo e idade	Formação
A	F, 46	Letras, pós-graduada em Literatura
B	F, 40	Pedagoga, pós graduada em Psicopedagogia
C	F, 44	Graduada em Matemática
D	F, 40	Graduada em História
E	M , 36	Graduado em Matemática

4.4 Materiais utilizados

Foram utilizados os seguintes materiais: gravador, caderno, computador, folha sulfite; impressora.

4.5 Instrumento utilizado

Foi utilizada a entrevista semiestruturada, aplicada aos professores. O roteiro das perguntas girou em torno da concepção dos professores sobre a inclusão, como eles contribuem para seu acontecimento e que desafios os professores enfrentam para realizar a inclusão no cotidiano escolar.

4.6 Procedimento de construção dos dados e análise

Inicialmente foi realizado o contato com a direção da escola. Na oportunidade, foi entregue a Carta de Apresentação, contendo os objetivos do trabalho e outras informações de ordem ética. Após anuência da direção, o próximo passo foi contatar os professores que atendiam aos alunos com deficiência. A eles foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e explicado detalhamento o que se pretendia com o trabalho. Todos foram solícitos e concordaram em participar. Ambos os modelos desses documentos encontram-se em anexo.

Em seguida, foi marcada uma data para a realização das entrevistas, as quais foram realizadas no contexto da escola e com duração de, mais ou menos, 30 minutos. Todas as falas foram analisadas e, a partir delas, 3 categorias de análise emergiram: experiência dos professores com a inclusão; as estratégias pedagógicas utilizadas; e desafios enfrentados pelos professores.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das falas dos participantes tem uma importância central neste trabalho porque lança um olhar crítico sobre as informações, buscando atribuir-lhes sentido. As falas dos professores nos permitiram entender suas concepções sobre a inclusão de crianças com deficiência no sistema regular de ensino. As análises apresentadas são apenas uma leitura que fazemos da realidade, em determinado tempo e contexto. Além disso, sabemos que é na prática que as concepções de inclusão se constroem e se transformam. A seguir, vamos apresentar as falas dos participantes nas respectivas categorias de análise.

5.1 Experiência dos professores com a inclusão

Os professores participantes atuam há mais de 10 anos como profissionais de educação. É possível inferir que esses professores têm bastante experiência na carreira docente. Esse é um fator interessante a ser considerado, pois as vivências compreendem e aprimoram a práxis. Todavia, os professores não se sentem preparados para lidar com os alunos com deficiência porque eles não têm formação específica para lidar com os desafios impostos pela inclusão: “sou graduado em Letras, e não em educação especial”, foi o que disse a professora A. De igual modo, a professora B afirmou: “eu não possuo formação em educação especial”.

Os demais professores disseram ter trabalhado algum tempo com alunos especiais no contexto de sala de aula regular: “trabalho com aluno deficiente há seis anos” (professora C); “trabalho desde quando iniciei minha carreira com aluno deficiente”. (professora D); “trabalho com aluno deficiente visual e já trabalhei com aluno deficiente auditivo” (professor E).

De acordo com a experiência dos professores, a inclusão das crianças com necessidades especiais na escola regular requer certas modificações ou adaptações no programa educacional, a fim de que possam atingir seu potencial máximo. Observa-se que essas crianças possuem os mesmos anseios desejos e sentimentos das outras pessoas

e interagem de forma dinâmica por meio da convivência com os que estão inseridos no contexto educativo.

O movimento de inclusão defende que todas as crianças com alguma deficiência ou retardo no seu desenvolvimento passam a ter direitos aos serviços educacionais disponíveis nas salas regulares de ensino. Portanto, é importante no processo de inclusão que o professor compreenda as fases de desenvolvimento do sujeito. Conforme afirma Bianchetti e Freire (1992):

É importante compreender todas as habilidades das crianças com deficiências, os níveis de funcionamento socioafetivo e cognitivo, e a qualidade das experiências e vivências que possuem. É fundamental conhecer suas dificuldades visando proporcionar melhores formas de interação e comunicação, desenvolver estratégias de ação, de potencialização do pensamento e resolução de problemas, verificar os desafios, as necessidades, quais os conteúdos e atividades que podem modificar as possibilidades de funcionamento e produzir respostas qualitativamente melhores e mecanismo de adaptação ao meio (p.21).

Entretanto, sabemos que os discursos e práticas de alguns professores estão norteados por uma concepção simplista e preconceituosa em relação ao aluno com necessidades especiais. Segundo Ferreira e Guimarães (2003):

Os efeitos causados pela visão equivocadas sobre pessoas com deficiência levam ao desconhecimento de suas potencialidades, o que acabam por continuar reforçando a crença sobre a sua suposta incapacidade. Esse quadro só poderá ser superado a partir do momento em que a condição de “deficiência” modificar-se tomando em consideração também as potencialidades e possibilidades, e não apenas os defeitos e as limitações das pessoas (p.27).

A interação dos professores na maioria das vezes conduzirá a sua prática pedagógica, afinal agimos pautados com base nas representações que temos das pessoas e das coisas. Portanto, acreditamos que o professor é “peça” fundamental no processo de inclusão. Sendo assim, compreendemos que sem a contribuição e respectivas ações dos professores ficará inviável construirmos uma escola verdadeiramente inclusiva.

A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais nas escolas regulares já é uma realidade, os pais destas crianças ou adolescentes, tendo o respaldo da Lei de Diretrizes e Bases e a Carta de Salamanca, tem procurado as escolas regulares

para seus filhos. Porém, nem professores nem as escolas estão preparados para esta inclusão. O trabalho junto aos professores é muito importante visto que esse processo de inclusão dependerá deles. Esta inclusão só ocorrerá se o professor estiver preparado e empenhado na construção constante da inclusão.

5.2 As estratégias pedagógicas utilizadas

O trabalho pedagógico voltado à educação inclusiva sempre será um novo desafio, uma vez que cada aluno tem uma demanda particular, em termos de metodologias de ensino e de aprendizagem, que exige dos professores uma atenção especial e trabalho didático personalizado. Ao deparar com crianças especiais faz-se necessário entender o mundo dessa criança para a partir desse momento desenvolver atividades para incluí-la no convívio social. Dentro deste contexto, Carvalho (2004) enfatiza:

A diversidade, hoje, constitui-se em tema central, pois muito se tem debatido sobre a diversidade social, cultural, de gênero, de capacidades, inclusive as comunicativas. Valorizar a diversidade entre as pessoas, principalmente no âmbito da educação, é uma das formas da ultrapassagem sonhada por Betinho, permitindo a todos “ser gente, mudar de futuro, mudar de mundo, não estabelecer limites”. É fugir da homogeneidade, dos estigmas e dos preconceitos (p.88).

A diversidade na sala de aula assusta muitos profissionais da educação, que seguem a visão tradicional de homogeneização e não conseguem lidar com a heterogeneidade. Ao contrário, a inclusão escolar deve organizar-se em função das diferenças individuais. Sabemos que as estratégias de aprendizagem têm adquirido uma importância cada vez maior tanto na investigação psicológica como na prática educativa. Portanto, deve-se desenvolver atividades que atendam as necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais proporcionando ao aluno melhor interação, participação e acesso ao conhecimento.

Através da utilização das estratégias é estabelecido o que é necessário para desenvolver as atividades apresentadas com os alunos com necessidades. Vale ressaltar que, apesar de haver vários estudos acerca da deficiência, cada sujeito apresenta uma experiência de aprendizagem diferenciada. Mas, de modo geral, é importante realizar as

seguintes estratégias: aplicar e explicar as atividades de forma lenta e tranquila, repetindo quantas vezes forem necessárias; realizar atividades sobre temas e assuntos diversificados que desperte o interesse do aluno; observar como o aluno reage em cada situação, buscando conhecê-lo; auxiliar no desenvolvimento da atividade; trabalhar em grupos, colocando os mais experientes para ajudar aqueles com dificuldades; promover atividades e pesquisa de campo, visando favorecer práticas, vivências e novos conhecimentos.

Existe um grande número de materiais pedagógicos disponíveis que podem ajudar o professor, por exemplo: material dourado, caça palavras, vários jogos, livros paradidáticos, vários aparelhos eletrônicos, computadores entre outros. Esses materiais facilitam e dinamizam o trabalho em sala de aula, o professor pode elaborar um bom planejamento condizente à realidade do aluno, em complemento às observações que o professor realiza sobre aluno a fim de conhecê-lo em sua especificidade.

No entanto, essas estratégias e materiais não são utilizados pelos professores. Percebe-se o despreparo, a carência na formação dos professores para trabalhar com alunos deficientes na classe regular de ensino. Os professores encontram dificuldades para atuar com esses alunos, que acabam esquecidos, pelo fato de o professor não está preparado para conduzir um trabalho personalizado. De acordo com a professora C: “É um novo desafio no cotidiano escolar, já que cada um deles tem uma demanda particular em termos de metodologias de ensino e de aprendizagem que exige de nós professores uma atenção especial”. Para a professora D: “A vivência como professor atuante é bastante complicado, pois não estamos preparados para esses casos especiais, mas fui privilegiado ao deparar com alunos especiais. Tratei principalmente em entender o mundo desse aluno para a partir desse momento manter atividades para incluir o aluno no convívio social”.

É importante destacar que a aprendizagem vai ocorrer a partir da relação professor/aluno, o professor não deve preocupar somente em passar o conteúdo, mas contribuir para o crescimento discente, é necessário que o professor perceba que seu papel é de facilitador da aprendizagem e esteja aberto para as mudanças para que o aluno sobressaia diante das respectivas dificuldades.

Conforme Santos e Paulino, (2008), quando a educação acontece em conjunto, para além do conteúdo, professores e alunos ganham: as pessoas com deficiência têm

oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade e os professores melhoram suas habilidades profissionais, conscientes dos valores sociais de igualdade, com os consequentes resultados de melhoria da paz.

5.3 Desafios enfrentados pelos professores

Como podemos ver a concepção de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um paradigma que desafia o cotidiano escolar, na qual suas barreiras têm de ser superadas. A diversidade nas escolas é um desafio a ser enfrentado. Nesse contexto, a educação tem um papel importante e imprescindível a desempenhar.

Conforme as informações das entrevistas com os professores, os problemas enfrentados pelos profissionais são: Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola desatualizado; a formação que é oferecida ao educador não é suficiente; as condições de trabalho, uma vez que o professor é submetido a trabalhar com salas cheias de alunos que apresentam fragilidades para aprender, mesmo não sendo deficiente, requer um trabalho mais atencioso junto ao aluno com deficiência; falta de participação da família no processo educacional; falta de comunicação entre os educadores; ausência de parcerias entre os profissionais inter e extra muros da escola; pouca estrutura de pessoal, como assistente social, psicólogos, psicopedagogos, orientadores pedagógicos para realizar uma articulação entre os alunos, visando melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem. As falas abaixo ilustram esses desafios:

“Acho que a inclusão deveria ser feita, porém a escola precisa se preparar. Para essa inclusão ser feita de forma que atenda esse aluno em suas necessidades e não só o incluir na sociedade” (professora A). “Seria muito bom se os profissionais em educação fossem devidamente preparados para esse fim, se houvesse escolas aptas a receber estas crianças e se todas as escolas tivessem uma pessoa preparada para um acompanhamento especial para o aluno e também para o professor” (professora B). “É importante para o desenvolvimento dessas crianças, desde que seja respeitada nesse ambiente, tenha um acompanhamento especial” (professora C). “Seria muito bom, desde que a escola como um todo estivesse preparada para esta realidade. No entanto, o que se observa é apenas a integração do sujeito portador de necessidades especiais ao convívio social” (professora

D). “Ainda é uma utopia. A inserção só ocorre na teoria, está muito distante da realidade e das necessidades das partes envolvidas” (professor E).

Conforme os professores, a inclusão de crianças com necessidades especiais só é possível se os educadores estiverem preparados. Nesse sentido, concordamos com Carvalho, (2004) quando ela afirma que o discurso do despreparo técnico e prático apenas cristaliza e imobiliza as ações inclusivas. Sabemos que a compreensão dos professores conduz a prática pedagógica. E é preocupante nos depararmos com esses desafios que, em tese, já deveriam ter sido superados. Observamos o quanto a educação de qualidade para todos é difícil de acontecer.

Segundo Ferreira e Guimarães (2003), a sociedade está mais complexa, a cada dia a diversidade aumenta e muda também a forma de compreender o mundo e as pessoas com as quais convivemos. E essa forma de compreender o mundo é “viver a igualdade na diferença”, “integrar na diversidade”.

Dentre os professores entrevistados, há aqueles que expressaram sentimento de frustração, impotência, incapacidade quanto à experiência com os alunos com necessidades, conforme as falas a seguir: “Muito difícil, pois, mesmo tendo muito tempo em sala de aula, não fui preparada para trabalhar com eles” (professora A). “É difícil na verdade me sinto impotente e incapaz de educá-los, me falta especialização”. (professora B).

Em relação à preparação do espaço escolar para inserir esses alunos com necessidades educacionais especiais, a professora A diz que: “Os alunos devem ser inseridos no espaço regular de ensino, mas existem a falta de recursos, materiais que atendam a necessidade de cada um, a escola não dispõe de espaço físico adequado e o professor não está preparado para receber um aluno deficiente”. “Para a professora, B, uma vez que a escola se propõe a receber alunos especiais, elas têm que ter um preparo, uma adaptação às necessidades de cada aluno especial”. Por sua vez, a professor C afirma que: “fala-se muito no processo de inclusão do aluno deficiente no ensino regular, mas falta muito, desde o preparo dos professores, estrutura física adequada, aceitação da família e de toda a comunidade escolar”.

Para que a inclusão aconteça é necessário que a escola de ensino regular disponha de condições necessárias para o ensino-aprendizagem, mas não dispomos desse aparato. A interação ocorre de maneira normal com outro aluno, não dispomos de

intervenções pedagógicas e não estamos preparados para fazer tais intervenções. Consideramos ser imprescindível a escola incorporar em seu PPP metodologias, recursos, estratégias de ensino, modificações na sua estrutura física que favoreçam o desenvolvimento do aluno especial na escola regular de ensino comum. Casagrande (2009) diz que as principais adaptações a serem feitas nas escolas referem-se:

Em relação ao espaço, para permitir que todos tenham acesso às dependências da escola; tempo, determinação de um período maior para que as crianças e jovens possam retomar conteúdos e realizar tarefas mais complexas, etc.; conteúdo, adequação do planejamento de cada aula para garantir que estudantes com necessidades educacionais aprendem bem parte da matéria; recursos, materiais didáticos ou estratégias para ensinar determinados conteúdos facilitando a aprendizagem (p.27).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva define que todas as crianças devem ser incluídas no processo social e educacional. A inclusão não se dá apenas em colocar os alunos nas classes do ensino regular, mas deve possibilitar sua transformação. Essa transformação pressupõe mudança de postura, de paradigma da estrutura escolar. Consideramos central nas discussões em torno do processo inclusivo o aperfeiçoamento constante dos profissionais, no sentido de construir novas possibilidades de atuação profissional, que os estimulem a buscar novas metodologias voltadas ao potencial das diferenças e o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Pensando na relevância da inclusão social no processo da construção de uma sociedade para todos, fomos levados a refletir sobre a implantação da inclusão de crianças com deficiências no sistema regular e a conclusão é preocupante. As concepções dos professores indicam dificuldades da inclusão escolar das crianças especiais no que se refere às dificuldades desses alunos acompanharem os conteúdos ministrados na sala de ensino regular.

De acordo com os dados deste estudo, a escola aprende com as diferenças, deve-se pensar nas inquietações, que vem assinalar a necessidade de transformações no sistema educacional, no sentido de considerar as pessoas, suas histórias, concepções, percepções, crenças, experiências e trajetórias pessoais. Observa-se que a implantação da inclusão não ocorre de fato, devido aos fragmentos apresentados, um deles é a falta de capacitação dos profissionais da educação para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais.

A formação profissional passa a ser uma questão central para a implantação da escola inclusiva, pois o educador é como peça importante no desenvolvimento da inclusão. Portanto, garantir um espaço de informação/formação/redefinição poderia colaborar no sentido de promover debates sobre os fatores referentes às baixas expectativas dos professores sobre o desenvolvimento e a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, articulando-os para cobrarem de todo o sistema educacional postura e práticas de qualidades.

Desta forma, a inclusão remete à urgência da transformação de toda a realidade social e escolar. A escola precisa de mudanças relacionadas ao acolhimento do sujeito como ser em constante construção e desenvolvimento. O desenvolvimento deve ser percebido não como algo determinado e acabado, mas como o produto da co-construção gerada pela interação entre o indivíduo, o meio físico e as relações humanas. Percebe-se que já foram conquistados alguns espaços em nossa comunidade escolar, embora estejamos bem longe ainda de alcançar o objetivo maior que é garantir a todas as crianças, incondicionalmente, uma escola acolhedora e de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYER, Hugo Otto. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas (cap. 5). In: BAPTISTA, Cláudio Roberto. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida M. (Org.). **Um Olhar Sobre a Diferença. Integração, Trabalho e Cidadania**. Editora Papirus, 1992.

BRASIL. Lei nº. 9.394/96. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CARDOSO, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CARDOSO, M. S. Aspectos Históricos da Educação Especial: da Exclusão à Inclusão – Uma Longa Caminhada (cap. 2). In: STOBÄUS, C. D; MOSQUERA, J. J. M. (Orgs.) **Educação Especial: em direção à educação inclusiva** (3ª ed.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. (4ª ed.). Porto Alegre: Meditação, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. Integração e Inclusão: do que estamos falando? In: **Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

CASAGRANDE, Fernando. Adequar é o caminho. **Revista Nova Escola**. São Paulo, edição especial, nº 24, p. 26 – 27, Julho de 2009.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LUDKE, M. E.; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em Educação: Abordagem qualitativas**. São Paulo, EPU, 1982.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração da pessoa portadora de deficiência**. São Paulo, Memnon, 1997.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas** (3ª ed.). São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, A. O Trabalho Realizado Com Professores do Ensino Primário. In: ESTRELA, A. (Org.). **Formação de Professores por Competências – Projeto FOCO**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

SACRISTÁN, J. G. **Compreender e transformar o ensino**. Trad. Ernani F. Da Fonseca Rosa (4ª ed). Artmed, 1998.

SANTOS, M. Pereira; PAULINO. Moreira. **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas** (2ª. ed.). São Paulo: Cortez, 2008.

UNESCO & MEC. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação.** Brasília: CORDE, 1994.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista Semiestruturado (professores)

Questões de perfil e de ordem socioeconômica

- 1 - Sexo: Masculino () Feminino () 2. Idade () 18 a 20 anos () 20 a 30 anos (x) mais de 30 anos
- 2 - Estado Civil () solteiro (a) () casado (a) () separado (a) () viúvo (a)
- 3 - Você tem emprego fixo? () sim () não
- 4 - Formação Profissional: () Magistério () Superior Completo. Curso - habilitação () Superior Incompleto () Pós-Graduação
- 5 - Tempo de atuação em sala de aula () 1 a 5 anos b. () 5 a 10 anos c. () mais de 10 anos.

Roteiro

- 1 – Quanto tempo você trabalha na escola?
- 2- Quanto tempo você é professor de alunos com necessidade especial?
- 3 – Qual sua concepção sobre a inclusão dos alunos com deficiência no sistema regular de ensino?
- 4 – Como ocorre a interação em sala de aula, especialmente entre você e os alunos com deficiência para o processo de construção do conhecimento?
- 5 – Que estratégias pedagógicas você implementa para favorecer a inclusão dos alunos com deficiência? Cite exemplos.
- 6 – Quais são os desafios, incluindo as dificuldades e alegrias, que você encontra ao longo do seu trabalho com esses alunos?
- 7- O que você acha dos alunos que possuem necessidades educacionais especiais serem inseridos nas salas regulares?
- 8 - A escola na qual trabalha está preparada para receber alunos com necessidades especiais?

ANEXOS

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição:_____

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PROFESSOR

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____.
(*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____(*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____